

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

### “Melhor Autonomia, Melhor Portugal”

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Estamos a poucas semanas das eleições para a Assembleia da República. Os portugueses vão ser chamados a escolher os seus representantes num acto eleitoral, do qual vai sair, também, um novo Governo para Portugal.

A minha primeira nota, desta tribuna, vai para um apelo a todos os açorianos: A 27 de Setembro – assim como a 11 de Outubro para as eleições autárquicas – exerçam o seu direito de voto, escolhendo o projecto político com o qual mais se indentificam.

É importante que o façam, especialmente numa altura em que Portugal precisa de estabilidade política e governativa para consolidar os ténues sinais de retoma que se começam a desenhar.

Estas eleições para a Assembleia da República assumem-se de especial importância para os Açores, tendo em conta os perfis e os projectos políticos protagonizados pelos dois maiores partidos, agora melhor conhecidos, depois de oficialmente apresentados os respectivos programas eleitorais.

Os açorianos já perceberam que em causa, a 27 deste mês, vai estar a escolha entre quem vê a Autonomia como uma mais-valia para o país, que reforça a unidade nacional e promove o desenvolvimento, e quem a olha com desconfiança, quase como um “fardo” que Portugal tem de suportar e mesmo pagar. Esta é a verdade, não dos slogans de campanha, mas sim consubstanciada na realidade expressa pela actuação política destes dois partidos.

Os partidos são feitos de história, de pessoas e, em cada momento, de projectos políticos que, de forma evolutiva, vão sendo propostos aos cidadãos. Nas próximas semanas, os açorianos, vão ter, certamente, oportunidade de proceder à avaliação desses projectos, que agora lhes são apresentados, mas também do comportamento dos respectivos partidos em relação aos Açores ao longo dos últimos anos.

Estas eleições apresentam uma vantagem para os eleitores: Têm um conhecimento considerável dos líderes dos dois principais partidos. Os eleitores açorianos conhecem bem o pensamento e, mais importante, a acção de José Sócrates e de Manuela Ferreira Leite em relação aos Açores.

Pelo que fizeram – e, no caso do PSD, pelo que não fez – os açorianos sabem que ambos têm passado, mas só um tem futuro. Nestas eleições, não há, assim, lugar a cheques em branco.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Nesta última legislatura, a Autonomia deu passos significativos no seu aprofundamento, graças ao trabalho e ousadia desta casa, mas também porque encontramos na República quem apoiasse as nossas posições, quem achasse que as aspirações de 240 mil pessoas valem mais do que questões jurídicas de interpretação duvidosa e porque tivemos a garantia – sempre a tivemos dos governos socialistas – que a Autonomia não é um custo, mas sim um investimento de um país descomplexado e evoluído.

Nunca num espaço de tempo tão curto se deram tantos passos na evolução autonómica dos Açores. Mas a verdade – não a dos slogans, mas a dos factos – obriga a que se diga também que, nunca num tão curto espaço de tempo, se enfrentaram tantos adversários institucionais e partidários.

Foram batalhas difíceis, assumidas pelo PS de Carlos César e José Sócrates, que encontraram sempre um PSD a duas vozes, cá e em Lisboa. Um PSD que apoiava, mas que depois abstinha-se; um PSD que aprovava, para a seguir votar contra; um PSD que aplaudia propostas que, posteriormente, desconfiava. Um PSD com dupla personalidade, portanto, ou se preferirem, sem personalidade nenhuma.

Por vezes, era difícil acreditar que era o mesmo partido que assim agia. Mas foi. Foi um PSD que desbaratou o seu capital autonómico, granjeado no passado, com uma liderança anti-

autonomista, em Lisboa, e sem capacidade de influência política, nos Açores.

Um PSD que fala em asfixia democrática no país, mas que aprova listas de candidatos à Assembleia da República, num processo mais parecido com uma purga do que com um momento de democraticidade interna.

É esta a suposta alternativa que se apresenta ao país, com um silêncio ensurdecador nos Açores. Não é por acaso que, dia após dia, semana após semana, não ouvimos, dos dirigentes regionais do PSD, uma única menção à sua líder nacional. Haverá melhor sinal de incomódo e desconforto?

As ameaças estão a chegar de vários quadrantes políticos. Até o líder do PCP, Jerónimo de Sousa, que, recentemente nos Açores, nada disse sobre a Lei das Finanças Regionais, foi à Madeira afirmar que a discriminação positiva dos Açores prevista na Lei, pela mão do Partido Socialista, resulta de “critérios inventados pelo PS” que deviam ser corrigidos.

Os critérios não foram “inventados” pelo PS, mas sim pela geografia de um arquipélago de nove ilhas, com diferentes dimensões e distâncias, das quais derivam uma dupla insularidade que não se verifica na Madeira.

É uma questão de justiça tratar de forma diferente o que não é igual. O PS de Carlos César e José Sócrates orgulha-se de ter, pela primeira vez, contemplado nesta Lei estruturante no relacionamento financeiro entre o Estado e as Regiões Autónomas essa diferença entre os dois arquipélagos.

É uma desonestidade política absoluta acusar o PS de inventar critérios que todos os açorianos, de Santa Maria ao

Corvo, sentem quotidianamente na pele e sabem, por isso, ser bem verdadeiros.

Ainda pensei que tivesse sido um momento de infelicidade do líder comunista, mas, rapidamente, as minhas dúvidas dissiparam-se ao ler o Programa Eleitoral do PCP, que ignora os Açores.

Na sua recente deslocação aos Açores, Jerónimo de Sousa, não tocou neste assunto. Foi assim mais confortável para ele. Desconfio que nem tanto para o coordenador regional do PCP que, até à data, continua num profundo silêncio sobre esta matéria. Tem Vossa Excelência agora, Senhor Deputado Aníbal Pires, a oportunidade, por que certamente anseia, de melhor nos esclarecer sobre esta “invenção” do PS.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Vamos à verdade dos factos. A abismal diferença entre os programas eleitorais dos dois partidos. O PSD dedica 147 palavras a uns parágrafos sobre as Regiões Autónomas, muitos dos quais direccionados à Madeira, o que só se percebe à luz de uma ânsia de calar aquela voz do eterno descontentamento madeirense.

A proposta sobre a Lei das Finanças Regionais é disso um caso flagrante, provado pelas recentes declarações de Alberto João Jardim, que quase nos fazia crer que a dupla insularidade

das Flores, da Graciosa ou do Corvo era a mesma do Funchal. O critério deveria ser o número de habitantes, alegou. Por este caminho, o PSD ainda nos vai conseguir convencer que Lisboa é o expoente máximo da insularidade em Portugal.

E deu-lhe ouvidos, também, ao contemplar no seu programa uma revisão constitucional para aperfeiçoar a Autonomia. Não deu a mesma atenção aos Açores quando mandou votar contra o nosso Estatuto na Assembleia da República, cuja proposta foi aprovada, por unanimidade, nesta casa, desrespeitando, dessa forma, não só a nossa Autonomia como a sua bancada neste parlamento.

É caso para perguntar: Qual dama de ferro? Só se o ferro estiver ao rubro, pois verga ao menor toque.

Do outro lado – do lado dos Açores – os açorianos contam com um programa eleitoral do Partido Socialista, que se propõe “Avançar Portugal” e que dedica um capítulo às Regiões Autónomas, com propostas e medidas concretas.

O PS garante o cumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e a complementaridade entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde, acautela os interesses dos Açores no processo de privatização da ANA e assume a obrigação de transferência dos imóveis do Estado desafectos.

Não menos importante, e no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa assinado com os Estados Unidos, um Governo da República da responsabilidade do PS vai garantir os benefícios apropriados para o arquipélago resultantes desta relação bilateral privilegiada, atendendo sempre aos interesses do significativo contingente laboral ao serviço dos militares norte-americanos.

O programa do Partido Socialista não se fica por aqui e propõe-se, ainda, proceder à requalificação de serviços do Estado nos Açores e na Madeira, através de um plano integrado, assim como será atribuída especial atenção às infra-estruturas e à melhoria de produção do Serviço Público de Rádio e Televisão nas nossas ilhas.

Todas estas medidas que aqui destaquei, entre um conjunto de muitas outras, têm como objectivo aprofundar a nossa Autonomia, para prosseguir esse esforço de convergência, contribuindo para o progresso e a coesão nacionais.

Ficam, assim, bem claras as diferenças entre o que o PS e o PSD propõem aos açorianos. A escolha, agora, cabe a cada um.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Partido Socialista tem orgulho no seu líder e em tudo o que ele fez pelos Açores. Foi graças à coragem e ao espírito solidário de José Sócrates que conseguimos avanços fundamentais para os interesses dos Açores em várias áreas.

Conseguimos um aumento de 25 por cento nos financiamentos da União Europeia até 2013, mais recursos com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e mais Autonomia também ao nível político, através da revisão ambiciosa do nosso Estatuto Político-Administrativo.

São instrumentos fundamentais para o nosso desenvolvimento, que não mereceram, por uma razão ou outra,

o apoio do PSD. Digo do PSD que pode resolver estes assuntos, não daquele que por cá levanta a sua voz, bastante débil, aliás, quando se trata destas matérias, fundamentais para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento.

Com José Sócrates continuaremos a ter mais Autonomia política e financeira. Com Manuela Ferreira Leite, pelo contrário, teremos a revisitação da história e a total incompreensão do Governo da República relativamente à nossa realidade duplamente insular.

Com o PS, Melhor Autonomia é sinónimo de melhor Portugal.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 09 de 2009.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista  
na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Hélder Marques da Silva